



Govto detalha pacote de cortes, e mercado reage com queda na bolsa e alta histórica no dólar

Medidas de contenção de gastos devem gerar economia de R\$ 327 bilhões até 2030. Especialistas consideram que as iniciativas anunciadas ficam aquém do desejado, embora estejam na direção correta. Tributação para renda mais alta será progressiva com alíquotas de 5% a 10% e visa compensar isenção de IR para quem recebe até R\$ 5 mil a partir de 2026

Contas públicas

Govto detalha pacote e dólar vai a R\$ 6

Integrantes do governo federal detalharam ontem as medidas de contenção de gastos previstas nas últimas semanas, que visam a sustentar e reequilibrar fiscal e garantir a confiança nas contas públicas. Ao mesmo tempo, deram mais informações sobre a iniciativa que prevê a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil a taxa de quem tem renda superior a R\$ 50 mil por mês, que deverão ser aprovadas no Congresso Nacional somente no próximo ano.

O pacote de contenção de gastos, segundo a administração federal, terá impacto econômico de R\$ 71,9 bilhões entre 2024, 2026 e R\$ 327 bilhões entre 2023 e 2030. O presidente Lula destacou a Silva classifica como "estrutural" a série de medidas. Mas o risco no mercado financeiro foi, em geral, negativo. Horas após o anúncio das propostas, o dólar atingiu, no começo da tarde de ontem, o cotação de R\$ 6,08 em função do fechou em baixa de 2,40%.

A depreciação da moeda brasileira reflete o aumento da percepção de risco fiscal. Além das medidas de contenção de gastos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que se for necessário, o equipe econômica poderá apresentar novas medidas de contenção de gastos ao presidente Lula. Inácio Silva para quem recebe até R\$ 5 mil por mês, que significa renúncia à receita.



Ações para frear as despesas devem ter impacto econômico de R\$ 71,9 bilhões entre 2023 e 2026, estimam os ministros

As repercussões

Especialistas apontam pelo Jornal O Estado de São Paulo

"O pacote está na direção correta, apesar de ainda não ser de um montante como deveria ser... Há um risco fiscal grande de um Imposto novo não virar e permanecer apenas a correção da tabela, trazendo custo maior. Primeiro temos de arrumar o fiscal e, depois, dar um passo de uma ampliação da isenção de IR".

BRUNO FUNHAL, CEO do Instituto Aisa e ex-assessor especial do Tesouro e Organismo

"As medidas anunciadas não oferecem sequer as condições mínimas para manter o funcional nos próximos anos... A queda na confiança dos investidores e o aumento do prêmio de risco emitido nos títulos financeiros não parecem esperados. A política fiscal mais alta do que a racionalidade econômica".

SOLANGE SOUZA, Diretora de Assessoramento para o Brasil do Citic Global Wealth Management

"Temos uma dívida pública em trajetória ascendente muito forte, idealizada para insustentabilidade e para uma crise de dívida mais a frente. Se esperarmos um ajuste mais forte e eficientemente haverá condições perigosas para obter rodadas de ajuste fiscal depois disso".

MARCOS MENDES, Economista e professor de Inspec

"O pacote é modesto, muito menor do que o governo anunciou e, de fato, vemos a possibilidade de aumento do revogar o dever de execução do orçamento do Documento divulgado à imprensa, no entanto, não desbasta as medidas".

TIAGO SBRARDOLLO, Economista do IUPERJ

"Prevê um faturamento de provimentos e concursos em 2025, com meta de pelo menos R\$ 1 bilhão de economia, projeção que se repete anualmente até 2030".

CONSEJO Associação Brasileira de Controladores Públicos Financeiros

As medidas

Iniciativa inclui um pacote de contenção de gastos, mas também há ações que devem ser aprovadas em conjunto com o pacote de contenção de gastos

1. ISENÇÃO DE IR ATÉ R\$ 5 MIL

• O limite de isenção de IR sobre renda que recebe até R\$ 5 mil. Além disso, quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7,5 mil terá desconto menor, ainda não detalhado. Hoje, não paga IR, quem ganha até R\$ 2,250,20 mensais. Quem recebe a partir de R\$ 2,25 mil segue sob a regra atual de desconto progressivo. No entanto, o governo ainda não divulgou como seria a nova tabela escalonada de alíquotas. A medida tem impacto de R\$ 25 bilhões por ano na arrecadação.

2. AUMENTO DE IMPOSTO PARA BANCOS

• Taxação progressiva para quem tem renda total acima de R\$ 50 mil por mês. A ideia é que as alíquotas comecem

a subir a partir desse valor, até chegar a 10% para rendas a partir de R\$ 100 mil mensais.

• A tributação ocorre se a soma de todos os rendimentos tributáveis - como salário, aluguéis, lucros e dividendos - passar de R\$ 50 mil por mês, convergindo a esse valor em 2025. Atualmente, quem recebe até dois salários mínimos não paga imposto.

• Para 2025, a economia de R\$ 100 milhões, R\$ 600 milhões em 2026 e R\$ 1,7 bilhões em 2027. R\$ 3,7 bilhões em 2028, R\$ 5,3 bilhões em 2029 e R\$ 6,7 bilhões em 2030.

3. ISENÇÃO DE IR PARA PROBLEMAS DE SAÚDE

• Essa isenção valerá apenas para quem ganha até R\$ 20 mil por mês. Dedução de 100% de gastos com saúde não realizada. Essa medida também visa garantir até R\$ 10 bilhões para bancar o aumento da isenção de IR até R\$ 5 mil.

4. SALÁRIO MÍNIMO

• Estabelece um piso para reajuste do ganho real (ajuda de inflação) de 2,5%, com base no arcabouço fiscal. A regra atual, de inflação de zero aumento e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos, atinge, em média, mais limitada a essa restrição de alta de 2,5%.

5. ABONO SALARIAL

• Haverá fluição para acessar o abono em R\$ 2,400, valor que será corrigido pelo INPC até chegar ao nível de salário mínimo e meio, convergindo a esse valor em 2025. Atualmente, quem recebe até dois salários mínimos não recebe o abono.

6. BENEFÍCIO DE PRESTIÇÃO CONTINUADA

• Haverá atualização para o acesso ao BPC. Entre as ações estão: 1) Focar em pessoas incapacitadas para a vida independente e para o trabalho; 2) Redução de destinação de renda não prevista em lei; 3) Passar a contar para acesso renda de cônjuge e companheiro não coabitante e renda de imóveis, filhos e enteados não apenas sob o teto coabitante; 4) Atualização obrigatória para cadastros desatualizados há mais de 24 meses e para benefícios concedidos administrativamente sem Códigos Internacionais de Doenças.

7. BOLSA FAMÍLIA

• Reforço na fiscalização dos beneficiários, com realocação para municípios com percentual de famílias vulneráveis acima do disposto em regulamento, além de bonificação obrigatória para inscrição e atualização cadastral, entre outras ações. Impacto de R\$ 2 bilhões em 2025 e de R\$ 100 milhões em 2026 e R\$ 3 bilhões em 2027.

8. EMENDAS PARLAMENTARES

• As novas regras recuperam alguns itens de lei já sancionada por Lula, mas ainda dependem de avanços que serão enviados em nova proposta, como a possibilidade de bloqueio em emendas, com trava limitando a contagem a 15% do total e a destinação de percentual fixo para a saúde. Estimado impacto de R\$ 6,7 bilhões em 2025.

9. SUPERSALÁRIOS

• Governo irá manter em lei o complemento à lista de exceções ao teto remuneratório nacional, visando para todos os poderes e todas as esferas. Não foi feita estimativa de impacto.

10. PREVIDÊNCIA DOS MILITARES

• Criação da idade mínima de 55 anos para a mesma remuneração de militares. Atualmente, o critério para aposentadoria é pelo tempo de serviço - ao menos 25 anos.

• Padronização da contribuição para o Fundo do Saúde em 3,5% sobre o salário para o militar das três forças, até janeiro de 2026.

• Fim da "terceira força", quando a pensão permanece sendo paga à família do militar em caso de morte por mau comportamento e crime. Agora, a família do militar passará a ter direito a auxílio-reclusão, tal como previsto na Lei 8.112/90, para os servidores públicos.

• Fim da transmissão da cota de pensão, quando um dependente morre e a parte dela segue para os demais, somando os 100%.

11. DRU

• Promulgação da Derivação de Recolhas da União (DRU) até 2023. A DRU atual desvincula 30% da arrecadação de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico e de lotes, permitindo o uso dessas recursos em outras finalidades.

12. FUNDEB

• Até 20% da complementação da União ao Fundeb poderá ser empregada em ações para articulação e manutenção de matrículas em escolas públicas. A economia esperada é de R\$ 4 bilhões em 2025, R\$ 5,3 bilhões em 2026, R\$ 6,5 bilhões em 2027, R\$ 7,7 bilhões em 2028 e R\$ 9,5 bilhões em 2030.

13. DESPESA E DEVER DE EXECUÇÃO

• Deverá ser observada a validação da despesa anualizada limitada ao crescimento permitido pelo arcabouço, além de revogar o dever de execução do orçamento do Documento divulgado à imprensa, no entanto, não desbasta as medidas.

14. CONCURSOS PÚBLICOS

• Prevê um faturamento de provimentos e concursos em 2025, com meta de pelo menos R\$ 1 bilhão de economia, projeção que se repete anualmente até 2030.

CONSEJO Associação Brasileira de Controladores Públicos Financeiros

CONSEJO Associação Brasileira de Controladores Públicos Financeiros